

CAMPANHA SALARIAL 2014

Negociações com o STF têm como base o PL. 6613/2009

Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Trabalhadores em mobilização

Os servidores do Judiciário Federal no Rio intensificam a mobilização da Campanha Salarial 2014. Realizações de atos, paralisação de duas horas e assembleias impõem dinâmica que coloca a Fenajufe em reuniões mesa de negociação junto ao MPOG e ao STF.

Diretores do Sisejufe e ativistas do movimento dos judiciários, aqui ou em Brasília, participam de vários eventos e avaliam que

a metodologia adotada é a mais correta, assim como a escolha da centralidade do PL 6.613/09 se demonstrou acertada.

Doravante, é tarefa da categoria a manutenção da mobilização, a participação nas atividades propostas em nível local e nacional para a continuidade da pressão no Executivo e no Judiciário.

Páginas 7 a 10

Leia Mais

Sindicato reivindica aumento de teto para passivos

Página 2

Novela da refrigeração do TRT1 não tem fim

Página 4

Plano de saúde sofre reajuste a partir de junho

Página 5

Programa de Distribuição de Medicamentos mantido

Página 12

Reenquadramento de auxiliares: processo começa a andar

Página 13

Latuff



Sindicato reivindica aumento de teto para pagamento de passivos

Marina Schneider*

O Sisejufe protocolou um requerimento no Conselho da Justiça Federal (CJF) reivindicando a que o limite de pagamento de passivos a servidores da Justiça Federal passe de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil. O teto de R\$ 5 mil já é adotado desde janeiro de 2013 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (mpog) e, se for adotado também pela Justiça Federal, poderá facilitar o pagamento dos retroativos de reenquadramento de forma administrativa. “A maior parte dos passivos de reenquadramento não chega a R\$ 5 mil, com isso os próprios tribunais poderiam efetuar o pagamento sem precisar solicitar recursos à Secretaria de Orçamento e

Finanças (SOF)”, explica o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves. A alteração no limite poderá beneficiar cerca de dois mil servidores.

O sindicato tem trabalhado incessantemente para que os valores do reenquadramento sejam pagos o mais rápido possível na Justiça Federal. Várias reuniões com tribunais e com o próprio CJF já foram realizadas e a expectativa é de que o requerimento que reivindica a mudança no teto pressione ainda mais o colegiado para que o pagamento seja feito o quanto antes.

No dia 29 de abril, Valter conversou por telefone com a secretária-geral do CJF, Eva Maria Ferreira Barros, acerca do pagamento do retroativo do reenquadramento de janeiro a outubro de 2013 em dois pa-

drões adicionais. Segundo ela, o CJF já esteve por duas vezes na SOF-MPOG, onde solicitou a liberação de verba para efetuar o pagamento do retroativo, mas não obteve êxito.

De acordo com Eva, a SOF informou ao CJF que existe parecer contrário da Advocacia Geral da União (AGU) ao pagamento dessa verba. A secretária-geral informou, ainda, que não dispõe de orçamento próprio para quitar tais valores. Valter argumentou que apenas a Justiça Federal e a Justiça Militar não efetuaram o pagamento aos servidores. “É urgente que o CJF encontre meios de quitar esse passivo”, ressaltou o dirigente do Sisejufe.

Eva Barros explicou que o Judiciário precisa da liberação desses recursos por parte do Executivo e que, apesar do empe-

nho do conselho para conseguir os recursos, a SOF tem negado reiteradamente. Ela informou, ainda, que em junho o conselho fará mais uma tentativa junto à SOF, mas não deu garantias de quando o passivo será quitado.

Entenda o caso

No final do ano passado, o CNJ aprovou as propostas de abertura de créditos suplementares para pagamento dos passivos do reenquadramento de dois padrões adicionais que foram encaminhadas pelos órgãos do Poder Judiciário diretamente à SOF-MPOG, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). À época, Eva Barros informou que apesar da aprovação do CNJ, os recursos não viriam para pagamento em 2013, mas esperava que o

conselho quitasse o pagamento do retroativo o mais rapidamente possível em 2014.

No ano passado, os diretores do Sisejufe questionaram o recebimento de valores retroativos pelos juízes e foram informados pela secretária-geral que o pagamento é vinculado a uma verba cuja rubrica é “carimbada” e específica para o pagamento desses retroativos e que estavam previstos no Orçamento de 2013. Eva Barros afirmou que os servidores da Justiça Federal foram todos enquadrados e que o CJF conseguiu incorporar, nos contracheques de 2014, os novos valores salariais, mas não obteve êxito quanto ao pagamento do retroativo ainda em dezembro.

*Da Redação.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

EDIÇÃO: Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb RJ/19002/JP) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Marina Schneider (MTb JP29769RJ)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso
em Papel
Reciclado.
8,2 mil
exemplares.

Sisejufe devolve contribuição sindical para servidores filiados

Imposto Sindical Seção Judiciária e TRF2 depositaram os valores nas primeiras semanas de maio

No dia 29 de abril o sindicato depositou na conta da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) os R\$ 316.136,66 correspondentes ao imposto. No caso do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a devolução dos R\$ 112.007,42 aconteceu no dia 2 de maio. Os valores foram repassados pelos órgãos aos servidores ainda na primeira quinzena de maio. O montante devolvido nesse ano foi de R\$ 428.144,08.

“Somos contrário a esse imposto. Por isso, enquanto ele for descontado, vamos devolvê-lo aos servidores sindicalizados”, afirma o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves. O sindicato tem lutado pela suspensão definitiva da cobrança compulsória na Justiça Federal, mas enquanto isso não se torna uma conquista, a devolução é feita com a maior agilidade possível.

Antecedentes

Em 2011, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) derrubou uma liminar que o Sisejufe obtivera contra cobrança do Imposto Sindical. Por isso, o sindicato se habilita para recolher sua parcela do imposto apenas para garantir que ele seja devolvido aos filiados.

No ano passado, o sindicato protocolou um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) perante o Conselho da Justiça Federal (CJF) para que fosse determinado à Justiça Federal no Rio de Janeiro (SJRJ) e TRF2) que se abstinhasse de descontar a contribuição sindical, anual e compulsória das remunerações dos servidores. Já em fevereiro de 2014 o Conselho Nacional de Justiça julgou a legalidade do desconto do Imposto e manteve o ato do CJF, ratificando a obrigatoriedade do desconto contra os servidores da Justiça Federal.



Mais uma vez, a direção do Sisejufe cumpriu seu compromisso histórico e devolveu o Imposto Sindical para os servidores sindicalizados das justiças federais o Rio de Janeiro

Sobre a contribuição sindical

A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de março de cada ano. O Artigo 8º,

Inciso IV, *in fine*, da Constituição Federal prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

De acordo com a lei, a distribuição é feita da seguinte maneira: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 5% para confederações; 10% para centrais; e 10% para o governo.

Da Redação.

O grande encontro do Samba

Festa acontece no dia 24, na Lapa, e convites custam apenas R\$ 10 para filiados

Marina Schneider*

Para marcar o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, comemorado em 13 de maio, data da Abolição da Escravatura, o sindicato vai unir as festas Sisejufe Samba-Choro e Happy Hour em uma só. O resultado será a 23ª edição do Botequim do Sisejufe, tradicional festa promovida pelo sindicato que retorna com um “Grande Encontro de Samba” que reunirá Velha Guarda da Por-

tela, Dorina e o grupo Razões Africanas.

A feijoada acontece no sábado, 24 de maio, a partir das 12h, no Cordão da Bola Preta, na Lapa. Os ingressos, que já incluem a feijoada, custam apenas R\$ 10 para os filiados do Sisejufe e R\$ 20 para não filiados. O grupo Razões Africanas será o primeiro a se apresentar, às 14h. Depois, às 16h, Velha Guarda da Portela e Dorina se apresentam juntos.

Para o diretor Roberto Ponciano, que organiza o 23º Botequim, a Portela é um quilombo vivo, assim como o grupo Razões Africanas, ligado ao tradicional Jongo da Serrinha, e por isso foram escolhidos como atrações. “A negritude sempre preservou a

23º Botequim do Sisejufe apresenta

O GRANDE ENCONTRO DO SAMBA

Velha Guarda da Portela Dorina e Razões Africanas

Sábado, 24 de Maio, a partir das 14 horas, portão aberto às 12 horas. Cordão da Bola Preta, rua da Relação, 3 – Centro/RJ

Ingressos para filiados, 10 reais, com direito à feijoada. Ingressos para não filiados, 20 reais. Ingressos já venda. Pegue o seu!

Reserve seu ingresso pelo telefone 2215-2443 e pague no local.

SISEJUFÉ

tradição da música e da dança, por isso vamos celebrá-la com algo que os negros fazem muito bem: festa”, afirmou o dirigente do Sisejufe.

A venda de ingressos acontece na sede do sindicato,

na Av. Presidente Vargas, nº 509, 11º andar, e também nos locais de trabalho dos servidores das justiças federais. Interessados em participar podem ligar para o sindicato (22152443),

reservar seu ingresso e retirar no local do evento. Informações também direto com Roberto Ponciano pelo celular 99189-9746.

Serviço

23º Botequim do Sisejufe
Data: 24 de maio de 2014
Horário: A partir das 12h
Local: Cordão da Bola Preta
Endereço: Rua da Relação, 3, Lapa.

Ingressos

R\$ 10 para filiados; R\$ 20 para não filiados (todos incluem feijoada)

Reserve o seu pelo telefone 22152443.

*Da Redação.

Novela da refrigeração no TRT1 não tem fim

Condições de Trabalho Lentidão e burocracia emperram andamento de contratação

Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) no Rio, lotados nos setores de arquivos, no bairro de São Cristóvão, continuam convivendo com o mau funcionamento de aparelhos de ar-condicionado no local. De acordo com a Secretaria de Manutenção e Obras (SMO) do Tribunal, “existem seis aparelhos de ar-condicionado que, no momento, estão inoperantes no Arquivo Judicial de São Cristóvão num montante de 17 unidades instaladas no local”. Mas para que o problema seja resolvido, vai ser preciso vencer uma grande burocracia que emperra a solução da questão com agilidade.

Questionada pela reportagem do Contraponto sobre a situação dos equipamentos, a SMO respondeu, por meio da Assessoria de Comunicação do TRT1, para que “esses aparelhos possam ser agregados à manutenção já contratada, faz-se necessário que sejam efetuados os devidos reparos, o que está sendo providenciado por contratação”. E após o conserto “desses aparelhos de ar-condicionado, será feita a solicitação



não houve fixação de prazo para encerrar tal demanda. A novela já dura quase dois anos. “Importante frisar que a contratação para reparo dos aparelhos deverá ser efetivada em curto espaço de tempo”, informou a SMO, sem a definição de data, argumentando que “existe processo específico para que seja efetuado o conserto desses aparelhos de ar-condicionado” e que “no momento, estão sendo respondidos alguns questio-



para inclusão dos mesmos no contrato de manutenção vigente, por aditivo.”

Mas a inclusão desses no contrato de manutenção ainda depende da finalização do processo de contratação, fato que ainda não há previsão para terminar. Qual o motivo da demora em solucionar o problema? Segundo a SMO, “os trâmites para contratação desse tipo de serviço envolvem várias etapas, o que demanda tempo, naturalmente”. Mas

namentos da Assessoria Jurídica (AJU) pelo corpo técnico desta SMO”.

Segundo informações que chegaram ao sindicato, o problema seria resolvido caso os aparelhos em funcionamento fossem incluídos, por um termo aditivo ao contrato SOF 83\2010. Já os quebrados dependeriam de prévio conserto. Para que isso ocorresse, no entanto, seria preciso chegar três orçamentos de empresas especializadas para que o tribu-

nal definisse qual delas escolher para contratá-la sem licitação. Mas o procedimento não foi adiante. O que na verdade ocorreu foi que uma empresa acabou escolhida e faltava apenas assinar o contrato para que os consertos fossem feitos.

De acordo com informações repassadas ao sindicato, os servidores pressionaram pela assinatura do contrato, atinente ao processo SOF 314/2013. Mas a SMO comunicou ao pessoal que o mesmo não seria mais assinado, tendo em vista que o tribunal resolveu que teria que consertar os aparelhos juntamente com os de Nova Iguaçu e para isso, seria necessário uma nova estimativa de preços, elaboração de uma nova minuta de contrato, assinatura. Ou seja, tudo voltou à estaca zero, sem solução até o momento.



Plano de saúde sofre reajuste de 15,5% a partir de junho

Convênios Mesmo com reajuste de 15,5%, plano do Sisejufe fica abaixo dos demais

Marina Schneider*

O aumento da sinistralidade e o novo hall de procedimentos incluídos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) levaram o contrato do plano de saúde oferecido pelo sindicato em convênio com a Unimed-Rio a ser reajustado em 15,5%. O reajuste incide sobre todos os planos e faixas etárias a partir de junho de 2014. Será aberto novo contrato com vigência a partir de 1º/06/2014, em 10 faixas etárias, com uma nova grade de produtos.

Inicialmente, a Unimed-Rio solicitou uma recomposição de 19% mas, depois de intensa negociação, o sindicato conseguiu que o índice fosse reduzido para 15,5%.

Sisejufe realiza II Jornada de Saúde, Condições e Relações de Trabalho

Marina Schneider*

A necessidade urgente de se criar uma política de saúde do trabalhador para os servidores do Judiciário foi uma questão transversal em todas as atividades da II Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho, realizada no dia 14 de maio, no Rio.

Durante o evento aconteceu

Tabela Unimed / Sisejufe

Faixa Etária	PERSONAL QC Não é mais comercializado	PERSONAL QP Não é mais comercializado	ALFA 2	BETA 2	DELTA 2	ÔMEGA Plus
00 - 18	92,35	103,48	111,33	133,67	146,89	168,92
19 - 23	117,35	131,46	141,43	169,84	186,62	214,61
24 - 28	146,64	164,33	176,78	212,25	233,24	268,23
29 - 33	154,30	172,90	186,01	223,33	245,40	282,21
34- 38	163,70	183,41	197,34	236,91	260,34	299,39
39 - 43	187,20	209,75	225,66	270,93	297,71	342,37
44 - 48	226,56	253,87	273,13	327,90	360,34	414,38
49 - 53	260,56	291,93	314,10	377,06	414,38	476,52
54 -58	362,95	406,66	437,53	525,27	577,21	663,78
59 ou mais	553,96	620,70	667,79	801,74	881,01	1.013,49

Esta tabela se refere ao contrato 18.993. Os contratos de agregados seguem o mesmo reajuste de 15,50%.

O percentual de reajuste tem como base a análise de duas variáveis: o índice de sinistralidade (relação custo médico/receita) e a variação das despesas médico-hospitalares. De março de 2013 a fevereiro de 2014 a sinistralidade chegou a

quase 74%, ultrapassando o limite de 70% estabelecido no contrato.

De janeiro de 2012 a maio de 2013 o sindicato conseguiu manter o plano sem reajuste, aplicando a correção apenas em junho do ano passado. Mesmo com

o reajuste atual, o custo do plano para os servidores e dependentes continua abaixo dos praticados por similares, como Amil, Sul América, Unimed Norte-Nordeste e Caberj (plano da Associação Estadual dos Servidores da Justiça Federal

no Rio de Janeiro - Serjus]. O reajuste que o plano de saúde do Sisejufe terá está abaixo dos índices aplicados na grande maioria dos planos coletivos.

*Da Redação.

Sisejufe requer a correção do enquadramento para os servidores C14 e C15

Em continuidade às providências adotadas pela entidade, que possibilitaram a vitória na correção do enquadramento dos servidores do Poder Judiciário da União ante a Lei 12.774/2012, o sindicato requereu ao Supremo Tribunal Federal que viabilize o pagamento de rubrica financeira diferencial para os antigos servidores dos níveis C14 e C15 das tabelas originárias da Lei 11.416/2006.

Isso porque não foi assegurado a esses servidores a plenitude da correção do enquadramento, vez que as suas situações financeiras foram negligenciadas.

Assim, se não for deferida a essas a diferença remuneratória alcançada pelos demais servidores, o problema da isonomia será transferido da base para o topo da tabela, vez que os servidores que possuem menos tempo na carreira serão igualados àqueles que possuem mais tempo de serviço público, em desacordo com a finalidade do desenvolvimento funcional preconizado pela Lei 11.416, que atribui remuneração maior para aqueles que possuem mais tempo de serviço.

Da Redação.



Foto: Marina Schneider

*Da Redação.

Mais gente na luta: novos filiados ao Sisejuje

Sindicalização Direção do Sisejufe saúda a chegada dos novos servidores

Entre 1º de fevereiro e 14 de maio, servidores das justiças federais no Rio de Janeiro, em um total de 85, se filiaram ao Sisejufe, entidade sindical que defende os interesses e direitos da categoria no estado do Rio de Janeiro

Os novos sindicalizados se unem a uma instituição atuante e combativa, com longo histórico de negociações e conquistas, em um momento no qual a categoria renova seus planos de lutas e se mobiliza para conseguir repor suas perdas salariais, avançar com seus planos de carreira e impedir que o governo reduza ou suprima, ainda mais, direitos adquiridos.

Além disso, os recém-chegados contam com uma estrutura que os acolhe com diversos serviços, que incluem assessoria jurídica com hora marcada, atendimento terapêutico, orientação para o combate ao assédio moral entre outros. O Sisejufe mantém convênios com várias instituições e seus filiados desfrutam de descontos em creches, colégios, universidades, cursos, academias, pousadas, restaurantes. Há convênios com a cooperativa de cirurgiões-dentistas Uniodonto, com a Unimed-Rio, que oferece cinco planos de saúde aos sindicalizados.

No Sisejufe há, também, serviços de fisioterapeuta, oferecendo atendimento terapêutico alternativo, com ênfase na Medicina Tradicional Chinesa (MTC). O serviço é exclusivo para servidores sindicalizados. Dentre as terapias oferecidas estão Acupuntura; Drenagem Linfática; Massoterapia Ayurvédica; Shiatsu; Quiropraxia; Auriculoterapia.

Os sindicalizados poderão, ainda, desfrutar de lazer, conforto e tranquilidade na Sede Campestre do Sisejufe, um sítio localizado em Vargem Grande, no município de Teresópolis, inaugurada em setembro de 2013. O Regulamento da Sede Campestre Sisejufe e o Termo de

Uso e Responsabilidade estão disponíveis no site do sindicato - <http://sisejufe.org.br/wprs/sindicato/sede-campestre/>.

Os servidores das justiças federais e seus representantes sindicais estão unidos pelos mesmos ideais: fazer o mundo mais justo e solidário; lutar por melhores salários e condições de trabalho para todos; buscar respeito e valorização para as pessoas deficientes; lutar contra o assédio moral; lutar contra a discriminação de gênero, raça, opção religiosa ou orientação sexual.

A Direção do Sisejufe vem dar boas vindas aos novos sindicalizados:

- Adriana Melo da Silva - JF 1ª Inst/B. Do Pirai
- Amanda Torres Felipe de Almeida - TRT1/Lavradio
- Andre Luis Coelho de Andrade - TRE/Pres. Wilson
- Andréia de Araujo Candido - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Angela Silveira Leitão - TRF2/Acre
- Antonio Carlos Araujo Damião - JF Itaperuna
- Antonio Henrique de O. Maia Cruz - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Antonio Pedro de Oliveira - JF 1ª Inst/Alm. Barroso
- Bruno Gomes de Sousa - JF 1ª Inst/S. Gonçalves
- Caio Cesar de Almeida Ferreira - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo
- Carla Oliveira do Nascimento Abreu - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Carlos Eduardo Alves Velasco - TRT1/Antônio Carlos

- Celia Ferreira Delfino da Silva - JF 1ª Inst/Aposentada
- Celso Silva Alvarez - TRT1/Augusto Severo
- Cristiane de Paula Nunes TRF2/Acre
- Cristiane de Paula T. F. Pinheiro - TRF2/Acre
- Danielle Laranjeira S. da Silva Costa - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- David Ferraz Castilho- TRT1/Antônio Carlos
- Debora Santos Gurgel do Amaral - TRT1/Antônio Carlos
- Deise Jales Gomes de Freitas - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Diego Bonicinha Calzavara -TRT1/Lavradio
- Dionísio de Jesus Rocha - TRF2 Regiao/Acre
- Drielle de Santana Sammarro - TRT1/Antônio Carlos
- Edileuza Almeida dos Santos - TRT1/Antônio Carlos
- Eduardo Mello Goncalves - TRE/Ze Rio
- Edylaine Barbosa Camanho da Silveira - TRT1/Antônio Carlos
- Elizete Guimaraes Cardoso - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Fabricio Borela Pena - TRT1/Vt Macaé
- Francisco Elcimar de Santiago - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo
- Geraldo Sousa do Nascimento - TRE/Pres. Wilson
- Gilberto Pinto Neves - TRT1/Antônio Carlos
- Heberon Claudio Dias dos Santos - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Ingrid Conti de Almeida -TRT1/Antônio Carlos
- Iracema Souza Barcellos Raymundo-TRT1/Antônio Carlos
- Isabele Dias Minganti - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco A
- Joao Carlos de Oliveira Marinho-JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Joel de Almeida Cavalcante -

- JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Juliana Roes - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco B
- Leandro Cassemiro dos Santos - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Leandro Saraiva Costa - TRT1/Antônio Carlos
- Lilian Lana Stenner de Moraes - JF 1ª Inst/-Venezuela Bloco A
- Lissa Fajardo Loureiro Maior Coutinho - TRE/Pres. Wilson
- Livia Campos Bellei - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Lucas Burke Gomes - TRF2/Acre
- Lucas Moreira Ramos - TRF/Acre
- Luciana Nunes Villar - TRF2/Acre
- Luis Antonio Almeida Braga - TRF2/Acre
- Luis Henrique da Silva Brito - JF 1ª Inst/Aposentado
- Luís Narcso Terra Portugal - TRT1/Augusto Severo
- Luiz Henrique de Andrade Costa - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco A
- Manoela Cartaxo da Cunha - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Marcelo Matheus de Souza Lima Nunes - TRF2/Acre
- Marcia da Silva Dias - TRF2 Regiao/Acre
- Maria Angela dos Santos Silva - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco A
- Mariana dos Santos Mello - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Martha Goldenberg - TRT1/Antônio Carlos
- Melquizedek Santos Soares da Silva - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco B
- Monique Carborel Rabello - JF 1ª Inst/S.J.Meriti
- Natasha Berbat Nobrega - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Nayara de Jesus Pedroso - TRT1/Antônio Carlos

- Orlando Vianna Cardoso Junior - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco B
- Patricia Aparecida dos S. Ferreira - TRF2
- Paula Correa Souza - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco B
- Paulo Ricardo V. Siqueira Junior - TRT1/Antônio Carlos
- Pedro da Silva Barros Junior - TRF2/Acre
- Rafael Vacal de Paiva - TRT1/Antônio Carlos
- Raphael Alves dos Santos - TRT1/Vt Itaguaí
- Raphael Luiz Avellar Silva - JF 1ª Inst/Venezuela Bloco B
- Raphael Pires Zampieri - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Raquel Santos Vieira Pinto - TRT1/Antonio Carlos
- Renan Pinto Rodrigues - JF 1ª Inst/Angra Dos Reis
- Renato Cascon de Souza - TRT1/Antônio Carlos
- Ricardo Aleixo Rehberger - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Ricardo Lima de Freitas - TRE/Pres. Wilson
- Roberto da Silva Peixoto - JF 1ª Inst/Alm. Barroso
- Robson Alves de Oliveira Sobrinho - TRE/Pres. Wilson
- Rogerio Junger Poubel Batista Pereira - TRT1/Antônio Carlos
- Sady Rodrigues da Silva - JF 1ª Inst/Alm. Barroso
- Sílvia Helena R. de B. dos Santos - JF 1ª Inst/Alm. Barroso
- Sílvia Nunes Bezerra - TRF2/Acre
- Suzana Martins Ramos Pinto - TRE/Pres. Wilson
- Tallyta Pinheiro Tavares - TRF2/Acre
- Vanessa Constantino Macharete-JF 1ª Inst/Venezuela Bloco B
- Vicente de Nigris Filho - JF 1ª Inst/Rio Branco Anexo 1
- Yonne Barboza Paiva - JF 1ª Inst/Campos

Servidores fortalecem a mobilização

Campanha Salarial Os trabalhadores do Judiciário no Rio estão em mobilização fortalecendo a luta

Max Leone*

A mobilização dos servidores do Judiciário Federal do Rio será mantida no período em que a Direção da Fenajufe e representantes do Supremo Tribunal Federal (STF) estiverem negociando, pelos próximos 15 dias, a elaboração de um substitutivo para o PL 6.613/09. Assim, para garantir a pressão sobre o governo e o tribunal, a categoria no Rio aprovou em assembleia, dia 14 de maio, por unanimidade, cumprir a risca o calendário de atividades deliberado na Reunião Ampliada da federação de 10 de maio.

A principal atividade que deverá contar com grande participação do funcionalismo no estado será a do “Apagão do Judiciário e do MPU” (que propõe o completo fechamento dos prédios), agendado para o dia 21 deste mês. Para o dia 29, está prevista a realização de atos organizados pelos sindicatos em todo o país. Esta data coincide com a previsão do diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, para o término da agenda do grupo de trabalho que apresentará uma proposta de recomposição salarial referente à pauta emergencial da categoria a ser enviada à Câmara Federal.

“Com a implementação de uma mesa de negociações com o STF, com a participação da Fenajufe, temos que avaliar e ter responsabilidade em se decidir a respeito de aprovarmos uma greve nesse momento. É preciso levar em conta, também, o quadro nacional do nosso movimento. Conseguimos abrir a negociação com o STF e precisamos esperar o resultado para aí sim reavaliarmos a forma de construir uma greve forte”, destacou o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, para quem a mobilização, até agora, dos servidores do Judiciário, apesar de não ser a ideal, obteve resultados positivos, principalmente em relação à proposta do STF de elaborar um projeto de lei para



Categoria se posiciona pela intensificação da mobilização e da luta na expectativa de solução para a defasagem salarial

criar uma carreira exclusiva no Judiciário. “Conseguimos barrar essa proposta do STF. E isso foi um grande avanço, além de termos conseguido fazer o tribunal sentar à mesa para negociar outras questões”, explicou Valter Nogueira.

Mara Weber, coordenadora-geral da Fenajufe, que participou da assembleia no Rio, ressaltou que a categoria precisa mais do que nunca estar alerta, mantendo a capacidade de luta. Ela lembrou que o sindicato do Rio foi o principal defensor da retomada da luta pelo PL 6.613/2009 como forma de unificar a categoria em prol de uma pauta. “Vocês do Rio de Janeiro estão de parabéns pela proposta de retomar a luta pela provação do 6.613. Mas temos outros focos a serem atacados como a PEC 59”, defendeu a dirigente nacional da categoria.

O representante de base das zonas eleitorais João Mac-Cormick também defendeu que o momento é para se esperar a definição das negociações entre a federação e o STF. Mas afirmou que é preciso intensificar a mobilização: “Por isso defendo cumprirmos o calendário da Fenajufe durante o período das negociações, mas também temos que adotar iniciativas pontuais que reforcem a nossa luta.”

O servidor Rinaldo Martins ressaltou a importância da instituição da mesa de negociação com o Supremo, resultado, segundo ele, da unidade da luta do funcionalismo. Também defendeu o cumprimento do calendário de lutas aprovado na Ampliada da federação.

No fim da assembleia, os participantes elegeram delegados para o Encontro Nacional dos Técnicos Judiciários e representantes para a próxima reunião Ampliada da Fenajufe, em 1º de junho.



É preciso, mais do que nunca, estar alerta, mantendo a capacidade de luta, aponta Mara Weber

Mobilização em crescimento

Em 10 de maio, 92 delegados e 18 observadores, representando 20 sindicatos e a própria federação, fizeram um grande debate na Reunião Ampliada a respeito da mobilização da categoria com vistas à instalação da mesa de negociação no STF. Aprovaram a manutenção, o fortalecimento e a ampliação da unidade da categoria e definiram calendário de mobilização com ato denominado “Apagão do Judiciário e do MPU”, em 21 de maio; manifestações nos estados no dia 29 de maio, prazo limite para que a mesa de negociação apresentar proposta de reposição salarial; realização do Encontro dos Técnicos Judiciários em 31 de maio; e agendamento da próxima Reunião Ampliada da Fenajufe para 1º de junho.

A Direção do Sisejufe vem construindo a mobilização da categoria nos últimos dias com atividades e assembleias nos tribunais do Rio. No dia 7 de maio houve paralisação por duas horas em todos os setores das justiças federais no estado. Claramente, essas manifestações fazem parte do esforço de intensificação da luta dos servidores do Poder Judiciário Federal no Rio. A todo o momento, de maneira sensata, diretores do Sisejufe e ativistas sindicais avaliam que o momento ideal para deflagração de uma greve no estado ainda precisava ser amadurecido, por conta do baixo quadro nacional de mobilização. Na assembleia do dia 29 de abril, os participantes destacaram e deixaram clara a necessidade do fortalecimento da mobilização da categoria. “Não podemos ser irresponsáveis em apontar para uma greve sem as condições ideais

ou satisfatórias. Temos que ser conscientes e construir um movimento forte”, declarava, na oportunidade, Roberto Ponciano, diretor do sindicato e um dos coordenadores da Fenajufe.

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, em reforço à posição apresentada por Roberto Ponciano, opinou que a unidade do movimento nacional deve ser preservada, tendo em vista que outros sindicatos ainda não deliberaram sobre como procederão. “A maioria ainda não decidiu sobre a paralisação nacional. Temos que aguardar o resultado da negociação”, ressaltou o diretor-presidente que apresentou uma análise positiva sobre a campanha encaminhada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) contra o projeto do STF de divisão dos trabalhadores do Judiciário Federal por diversos planos de carreira.

Valter Nogueira lembrou, ainda, a importância de a categoria estar presente e preparada, caso o governo federal insista em ignorar a necessidade de negociar com os servidores, para fazer uma greve vigorosa por tempo indeterminado. Para ele, “é muito importante que todos participem das manifestações e demais ações organizativas do movimento”, incentiva o dirigente sindical.



Mac-Cormick defende que o momento é de espera nas definições entre a Fenajufe e o STF

*Da Redação.

STF abre mesa negociação

Campanha Salarial Primeira etapa de ajuste do projeto aconteceu nos dias 14, 15 e 16 de maio



Marina Schneider*

No dia 9 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou a reunião de instalação da mesa de negociação com representantes da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Nacional (Fenajufe), tribunais e conselhos superiores. A Federação, representada pelos coordenadores Adilson Rodrigues, Cleto Vieira, Eugênia Lacerda e Roberto Ponciano, também diretor do Sisejufe, defendeu a pauta de reivindicações de interesse do conjunto da categoria, com três pontos principais: aumento emergencial com base no PL 6.613/2009 (que altera dispositivos da Lei nº 11.416, Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências); não à PEC 59/2013 (que dispõe sobre a criação do Estatuto do Servidor do Poder Judiciário); e contra o aumento exclusivo aos servidores do STF.

Miguel Fonseca, diretor-geral do STF, frisou que Suprema Corte não enviará nenhum projeto exclusivo e que a mesa de negociação será instalada tendo por base o PL 6.613. “O Ministro Joaquim Barbosa não instalará uma mesa formal para nenhum projeto novo neste ano e nem enviará algum projeto novo. Ele, no limite, oficiará ao Congresso

para fazer as modificações no PL 6.613”, confirmou o diretor.

Uma primeira etapa da negociação aconteceu nos dias 14, 15 e 16 de maio para debater, principalmente, a tabela salarial. O prazo para a finalização dos trabalhos de fechamento de uma proposta é de 15 dias. Depois, o projeto será enviado ao deputado João Dado (SDD/SP), que é o relator do PL 6.613 na Câmara Federal. Diante da cobrança de

que a mesa apresentasse resultados, Miguel Fonseca disse que era de interesse de todos ali a celeridade.

Na avaliação de Roberto Ponciano, houve um acerto na escolha do PL 6.613, já que o STF deixou claro que não há tempo hábil, nem haverá construção de um novo PL e que a mesa de negociação seguirá à luz do projeto que já está no Congresso, como já vinham alertando

diversos diretores sindicais há tempo (inclusive os do Sisejufe), inclusive com envio de estudos de viabilidade do PL para o STF e para o Congresso Nacional. “Isso prova o acerto da política do Sisejufe e o desatino da oposição que dizia que tínhamos que abandonar o PL 6.613 por nada, por um simples mote. Agora o próprio STF reconhece que o 6.613 é a saída”, aponta Roberto.

Atualização salarial deve ser o foco

O diretor-geral do STF apresentou uma proposta de dinâmica para o funcionamento dos trabalhos, sugerindo a divisão da mesa em subgrupos. Mas, para a Fenajufe, a questão da atualização salarial pelo PL 6.613 é o foco, até por conta do prazo que os tribunais têm para enviar previsão de dotação para a peça orçamentária do próximo ano.

Foto: Joana D’Arc/Fenajufe



Trabalhadores do Judiciário Federal em Brasília cumprem importante papel de pressão em frente ao STF durante negociações

com base no PL 6.613/09



Foto: Joana D’Arc/Fenajufe

Roberto Ponciano, coordenador da Fenajufe, também já foi marcada uma reunião com o líder do governo no Congresso para alertar sobre a contrariedade dos servidores à carreira exclusiva. “Vamos conversar com a CUT Nacional para que ela tenha deliberação contrária. A batalha, no Congresso, por uma carreira exclusiva não será uma batalha fácil para o STF”, ressaltou o diretor do Sisejufe.

Para um segundo momento, sim, há concordância em fazer subgrupos para tratar dos demais pontos da pauta. Devido à urgência, a Fenajufe sugeriu a realização de três reuniões semanais, o que foi aceito pelos demais participantes.

Mesa tem caráter informal

Miguel Fonseca afirmou o caráter informal da mesa de negociação por determinação do presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa. Apesar de bancar a realização da mesa de negociação, Barbosa negou-se a atender o pleito da Fenajufe de formalizar sua instalação por meio de uma portaria. O caráter informal ficou ainda mais evidente ao determinar que até a convocação dos representantes dos conselhos e tribunais superiores fosse feita exclusivamente por telefone. A insistência da Fenajufe na necessidade de formalização da mesa é importante para oficializar as negociações e garantir que a proposta final seja encaminhada oficialmente pelo presidente do Supremo, e serviria, também, para garantir a liberação dos participantes.

Fonseca relatou que Joaquim Barbosa teria lido todo o PL 6.613/2009 e constatado que vários itens do projeto já haviam sido absorvidos pela Lei 12.774/2012, faltando basicamente a tabela salarial. O

diretor-geral deixou claro que o presidente do STF não apresentará nova proposta e que o trabalho da mesa de negociação será sobre um aditivo para o PL 6.613, que já está na Comissão de Finanças e tributação (CFT) da Câmara dos Deputados e que poderá, assim, tramitar mais rápido.

Carreira exclusiva dos tribunais superiores

Respondendo aos questionamentos dos diretores da federação sobre o projeto de carreira exclusiva do STF, Miguel Fonseca foi incisivo ao dizer que o Superior Tribunal Federal discutiria apenas o PL 6.613 com a Fenajufe. “Todos nós queremos o 6.613”, afirmou o diretor-geral. Isso não significa que propostas de carreiras exclusivas estejam descartadas. Miguel Fonseca chegou a afirmar que a carreira exclusiva seria “inevitável” no futuro. Ele foi contraditado pelo coordenador da Fenajufe, Roberto Ponciano: “Da mesma maneira que colocamos nossa base dentro do Congresso lutando pela aprovação do PCS, vamos colocá-la lutando contra qualquer carreira exclusiva. Foi assim que derrubamos a PEC 02/2010. Além disso, já temos posição contrária ao projeto por parte do senador Lindberg Farias (PT/RJ), do deputado Alessandro

Molon (PT/RJ) e da deputada Andrea Zito (PSDB/RJ)”.

Segundo Ponciano, também já foi marcada uma reunião com o líder do governo no Congresso para alertar sobre a contrariedade dos servidores à carreira exclusiva. “Vamos conversar com a CUT Nacional para que ela tenha deliberação contrária. A batalha, no Congresso, por uma carreira exclusiva não será uma batalha fácil para o STF”, ressaltou o diretor do Sisejufe.

Pressão deve ser intensificada

A reunião aconteceu no dia 9 de maio enquanto servidores do Judiciário Federal em Brasília realizavam Ato Público em frente ao prédio do STF, cumprindo importante papel de pressão ao se manifestarem de forma que eram ouvidos na

sala onde transcorria a reunião. Essa pressão foi fundamental para que a mesa de negociação alcançasse resultados positivos para toda a categoria. Exemplo disso é que, apesar de passados nove meses desde que a Fenajufe reivindicou sua realização, a primeira reunião de negociação foi marcada graças a pressão exercida no STF pela mobilização dos servidores, principalmente com o Ato realizado no dia 2 de abril. Na ocasião, servidores do Judiciário Federal cobraram resposta à pauta de reivindicações e protestaram contra a ameaça de fragmentação da carreira. Assim, a mobilização precisa continuar de forma cada vez mais intensa, em todos os estados, para forçar a mesa a cumprir seu papel de elaborar uma proposta de reajuste salarial e também para

cobrar do presidente do STF que garanta a autonomia do Poder Judiciário.

Sisejufe reivindica GAS na aposentadoria para agentes

Ao fim da reunião, o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano, reivindicou a Miguel Fonseca que colocasse no novo projeto de lei a questão da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) na aposentadoria para os agentes de segurança. Ponciano explicou que os agentes estão tendo que entrar na Justiça para garantir tal direito. O diretor-geral do STF afirmou que não se opõe ao pleito e pediu que Roberto reiterasse o pedido na mesa de negociação.

*Da Redação.

Foto: Joana D’Arc/Fenajufe



Mobilização garante negociação

Campanha Salarial A construção de estudo sobre o PL 6.613 encaminhando-o ao STF foi acertada

Marina Schneider*

Os resultados da reunião com o STF somente foram possíveis devido à combinação de alguns fatores, e um deles é a mobilização da categoria que pressionou o STF pela abertura de negociações, ainda no Ato realizado no dia 2 de abril. Esses resultados também se devem à dedicação e persistência da Diretoria do Sisejufe na construção de uma alternativa de luta pela reposição salarial que fosse viável, diante da ausência de uma política específica para a luta salarial dos servidores do Judiciário Federal, uma vez que a campanha salarial foi construída em torno da luta pelo reajuste geral dos servidores públicos federais.

A decisão de construir um estudo sobre o PL 6.613/2009 e encaminhá-lo ao STF e para os demais tribunais superiores foi fundamental para a construção dessa mesa de negociação, pois apresentou argumentos técnicos e orçamentários para a construção de uma proposta. Diante desse quadro fica claro que a posição do Sisejufe, desde janeiro, é a linha mais justa e a que traz luz para um aumento emergencial da categoria, sendo a única viável no momento, até por já se encontrar na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

Negociação começa a discutir substitutivo ao PL 6.613

A primeira reunião de trabalho da mesa de negociação para discutir o substitutivo ao PL 6.613/09 ocorreu na quarta-feira, dia 14. Participaram do encontro representantes da Fenajufe, dos tribunais e conselhos superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). Na mesa, foi apontada como prioridade a elaboração de substitutivo para assegurar a reposição das perdas salariais aos servidores. O objetivo é encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta resultante das negociações. Também, serão



Disposição de luta não faltará aos servidores do Judiciário Federal

tratados os demais pontos da pauta de reivindicações apresentados pela Fenajufe.

A coordenação da reunião ficou por conta de Rubens Dusí, que integra a assessoria de Administração do STF. Pela Fenajufe, vários coordenadores, entre eles, Roberto Ponciano, que é diretor o Sisejufe. Houve, por parte dos diretores gerais e de Recursos Humanos dos tribunais e conselhos, várias sugestões sobre como deva ser modificado o PL 6.613/09, que está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Depois de muita discussão, ficou estabelecido que cada tribunal e conselho fará duas simulações orçamentárias, a partir do valor do vencimento básico, fixados no PL 6.613, acrescidos da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) de 90% e outra com GAJ de 50%, para estimar o impacto na tabela salarial e na sua folha, bem como o enquadramento em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso porque cada tribunal ou conselho tem a sua própria margem de valor, diferentemente de quando foi finalizado o PL 6.613 em 2009, quando a apuração da

A celeridade das negociações para que fique assegurada a rápida elaboração da tabela salarial, da estimativa de impacto e da elaboração do substitutivo a ser negociado com o parlamento, é fundamental

margem era global por ramos e não por órgão. A ideia é fazer uma discussão rápida para encaminhar aos presidentes dos respectivos tribunais e conselhos.

O secretário de Gestão de Pessoas do STJ sugeriu a adoção de Gratificação de Desempenho (GD), no que foi prontamente refutado pelos coordenadores Adilson Rodrigues e Roberto Ponciano, da Fenajufe. Adilson apontou que embora a categoria venha alcançando ganhos significativos de produtividade no apoio ao julgamento de processos nos últimos anos, com crescimento de mais de 333% no número de processos julgados de 1995 a 2012, o momento não seria adequado para entrar nessa discussão, que deveria ser feita junto com vários outros itens de interesse da categoria,

quando da discussão de Plano de Carreira.

Ponciano contra-argumentou, dizendo que não havia acordo com a Federação sobre o tema, e que havia uma série de decisões congressuais da federação contra a GD, já que não se aceita a quebra de isonomia entre ativos e inativos, gratificações diferenciadas entre os servidores ou tribunais e que a comissão foi proposta, logo na sua abertura, pelo diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, para modificar o PL 6.613 sem o modificar de forma que ele perdesse suas características e voltasse à estaca zero.

Os dirigentes da Fenajufe manifestaram preocupação com a celeridade das negociações para que fosse assegurada rápida elaboração da tabela salarial,

da estimativa de impacto e da elaboração do substitutivo a ser negociado com o parlamento, reafirmando a necessidade de que cada órgão deve trazer rapidamente o cálculo do impacto no seu âmbito para posterior inclusão na previsão orçamentária de 2014, que está sendo finalizada em cada um dos tribunais superiores e que seguirá, ao final, para o CNJ, que por si o encaminha ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) onde deve ser buscado que se assegure a manutenção da dotação orçamentária no Anexo V da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para viabilizar a tramitação e aprovação do projeto.

*Da Redação. Com informações da Imprensa Fenajufe.

Sisejufe vai ao MPOG defender PL 6.613/09

Categoria Proposta do Sisejufe evidenciou-se como um caminho possível para a correção salarial

Marina Schneider*

Foto: Joana D'Arc/Fenajufe

Diretores do Sisejufe se reuniram no dia 6 de maio com o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, para apresentar e pressionar o governo pela aprovação do Projeto de Lei 6.613/09. O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, apresentou o estudo que o sindicato fez sobre as perdas inflacionárias e o parcelamento do PL 6.613/09. Apesar de elogiar o trabalho, Sérgio Mendonça afirmou que o MPOG não tem autonomia para negociar enquanto o Superior Tribunal Federal (STF) não provocasse o Governo.

Segundo ele, caso o STF envie a modificação para o Congresso Nacional, o MPOG poderá abrir uma mesa de negociação. O senador Lindberg Farias (PT/RJ), que intermediou e participou da



reunião, avalia que o pleito dos servidores do Judiciário Federal é justo e se colocou à disposição do sindicato e da Fenajufe para intermediar uma negociação com o Executivo. O diretor do Sisejufe e coordenador da Fenajufe, Roberto Ponciano, lembrou

que a mesa de negociação com o STF já estava agendada, mas que era necessário abrir o debate também com o Executivo.

No entendimento do Sisejufe, ainda que o MPOG não tenha autonomia para negociar enquanto o STF não enviar a

proposta, o encontro foi produtivo, já que assinala que, desde o início, a proposta do Sisejufe era o único caminho possível para se fazer um projeto de correção salarial ainda este ano. O Sisejufe também reconhece o esforço do senador Lindberg Farias,

que em apenas uma semana de recebido o pedido, intermediou e agendou a reunião pedida, cumprindo o compromisso assumido, além de ter se colocado à disposição na negociação.

*Da Redação.

Sisejufe lança campanha contra o assédio moral

Fortunato Mauro*

O assédio moral não é um fenômeno novo. Ele é tão antigo quanto o próprio trabalho. Então, qual é a novidade dessa ocorrência? A sua contemporaneidade está na intensificação, na gravidade, na amplitude e na banalização do assédio moral, assim como no tratamento (de seus eventos) que busca estabelecer vínculo entre a conduta do agente assediador e o resultado por essa conduta produzido (nexo causal), como se próprio da organização do trabalho e tratá-lo como não característico, subjetivo a esse.

Prática corriqueira na iniciativa privada, cresce em áreas do serviço público nas quais

a ascendência de uns sobre outros não se limita ao espaço de funções dos que fazem a gestão e extrapolam o escopo de seus cargos. No Poder Judiciário, notadamente, há um crescimento dessa maneira de ascendência e exercício do poder que, invariavelmente, com a humilhação e o constrangimento, muitas vezes velado, leva ao adoecimento psíquico e físico do assediado.

A Direção do Sisejufe, há muito preocupada com as ocorrências de fatos degradantes – entre eles o assédio moral –, nas relações de trabalho no Judiciário Federal no Rio, vem elaborando e construindo política no sentido da instrumentalização dos trabalhadores e trabalhadoras das justças federais para que possam rechaçar prática indigna

e maléfica que vem se demonstrando ação comum em muitas unidades da esfera do serviço público federal.

Para tanto, o Sisejufe estará lançando, dia 28 de maio, a Campanha contra o Assédio Moral no Judiciário Federal no Rio de Janeiro. O evento terá como dinâmica um debate – “Violência no Trabalho: o assédio moral” – que contará com a participação de Terezinha Martins, professora-adjunta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), coordenadora do Projeto de Extensão (PROExC) – O assédio moral no trabalho; de Aracéli Rodrigues, advogada, membro da Assessoria Jurídica do Sisejufe; de Mara Weber, re-



presentante do Fórum de Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul e coordenadora-geral da Fenajufe. Além delas, o debate será mediado por Mariana Líria, coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe.

Durante o lançamento da Campanha de Combate ao Assédio Moral no Judiciário,

haverá distribuição de uma cartilha acerca do assédio moral; orientações sobre denúncia recebidas pelo site do Sisejufe (www.sisejufe.org.br) e pelo Jurídico do sindicato e mostra do site www.assedio-moral.org.

*Da Redação.

Pressão do Sisejufe e dos servidores faz TRF2 manter Programa de Distribuição de Medicamentos

Categoria Vitória da categoria: continuidade do Programa de Distribuição de Medicamentos

A intervenção da Direção do Sisejufe e dos servidores do TRF2 contra a extinção do Programa de Distribuição de Medicamentos obteve resultado positivo

Max Leone*

A Direção do TRF2, segundo o Departamento Jurídico do sindicato, informou que manterá provisoriamente o programa que estava prestes a ser cortado. A decisão do TRF2 em acabar com o benefício resultou na mobilização dos servidores do Tribunal contra a suspensão do Programa de Distribuição de Medicamentos para Portadores de Doenças Crônicas. Atualmente, pelo menos 166 servidores recebem valores entre R\$ 50 e R\$ 900 para a compra de medicamentos.

O funcionalismo do TRF2 chegou a fazer uma assembleia em 28 de janeiro desse ano para intensificar a luta contra a extinção e reivindicar a extensão do programa para mais servidores. Um abaixo-assinado foi feito pelos manifestantes. Na ocasião, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, explicou que a proposta do sindicato era para o TRF2 regulamentar definitivamente o programa, baseado no Artigo 230 da Lei 8.112 de 11 de Dezembro de 1990. A iniciativa acabaria com possibilidade de sua extinção.

Valter ressaltou que, desde



Trabalhadores do TRF2 pressionam pela manutenção do Programa de Distribuição de Medicamentos – Foto: Acervo Sisejufe

2012, o Sisejufe insiste para que o programa seja estendido aos servidores da Primeira Instância da Justiça Federal. Mas, até agora não obteve respostas do Tribunal. Requerimento administrativo com a reivindicação foi protocolado para análise da Direção do Tribunal.

O TRF2 chegou a garantir que os medicamentos para distribuição em fevereiro foram com-

prados e que até, pelo menos o mês de abril, o programa estaria mantido, o que foi confirmado ao sindicato pela Presidência do tribunal. A proposta do sindicato é que seja feita entrega da medicação, em vez de efetuar o repasse de dinheiro, para evitar distorções no programa.

Criado em 2004 no TRF2, o programa, que tem como objetivo a distribuição de medicamen-

tos para portadores de doenças crônicas, vem beneficiando servidores ativos, inativos e magistrados. Atualmente, existem cadastrados no benefício 166 pessoas, que dependem do programa para obtenção dos remédios necessários ao tratamento de suas doenças.

*Da Redação.

Sisejufe recorre ao MPT para garantir limpeza de cartórios

Marina Schneider*

O sindicato protocolou, dia 8 de maio, no Ministério Público do Trabalho (MPT), um requerimento de audiência com a empresa Ranael Serviços Ltda. e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ) com o objetivo de buscar uma solução para a falta de serviço de limpeza em dezenas de cartórios - um problema que já se tornou crônico no interior do estado. A Ranael, responsável pela limpeza e manutenção em 48 cartórios do interior, não está cumprido com as obrigações do contrato e, por isso, não recebe o pagamento do TRE/RJ com regularidade.

A empresa tem atrasado o pagamento dos funcionários de forma recorrente e, por isso, muitos faltam ou até abandonam o trabalho.

De acordo com o TRE-RJ, somente no dia 7 de maio foi autorizado o pagamento à empresa relativo ao mês de novembro de 2013. O problema, que vem se arrastando há pelo menos cinco meses, prejudica as condições de trabalho dos servidores e o atendimento à população. “É urgente que esse problema seja resolvido. Se a empresa não está cumprindo o contrato, o TRE tem que encontrar uma solução para que o serviço não seja interrompido”, afirmou o

diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves. Segundo ele, é inadmissível que parte dos cartórios do interior do estado seja prejudicada por um contrato malsucedido e tenham que conviver com péssimas condições de trabalho.

No Sul Fluminense, por exemplo, a limpeza das instalações muitas vezes tem sido feita pelos próprios servidores ou por diaristas pagas com dinheiro arrecadado entre eles. Esse é o caso de Volta Redonda, aonde o problema vem se arrastando desde 2009 devido a frequentes interrupções dos contratos de prestação de serviços. “Sem dúvida, esse é o maior proble-

ma enfrentado hoje pelos cartórios eleitorais fluminenses”, aponta Renato Nora Coelho, Chefe da 131ª Zona Eleitoral, de Volta Redonda.

Lá os servidores arrecadam dinheiro e pagam do próprio bolso uma faxina semanal nas instalações. Ainda assim as condições de trabalho ficam bem longe do razoável. “Como esse o prédio é muito grande, a faxineira se limita a limpar poucas salas: a central de atendimento, alguns banheiros e os cartórios. Áreas comuns, polo de urnas, corredores e várias salas ficam sem limpeza”, lamenta Renato.

Além de prejudicar as condi-

ções de trabalho e até de saúde dos servidores, a interrupção do serviço afeta também a população que é atendida nos prédios do TRE/RJ. “Os servidores são os mais prejudicados, mas os eleitores também são penalizados com a falta de manutenção dos cartórios”, critica Renato Coelho.

A expectativa do Sisejufe é que, a partir da audiência, o TRE tome providências para que o contrato com a Ranael seja cumprido e os servidores tenham suas condições de trabalho garantidas.

*Da Redação.

Reenquadramento de auxiliares: processo começa a caminhar no CJF

Categoria Procedimento não ficará mais limitado aos servidores que assumiram antes de 1992

Marina Schneider*

Foto: Divulgação



Para Eva Barros, a demora se devia à complexidade do processo, enquanto que para Valter Nogueira, é preciso que a lei seja cumprida o mais rapidamente possível

Foto: Fortunato Mauro



O processo de reenquadramento dos ex-auxiliares operacionais de serviços diversos (AOSD) para técnico judiciário começa a avançar no Conselho da Justiça Federal (CJF). O órgão mudou o entendimento sobre o caso e agora confirma que o Artigo 3º da Lei 12.774/2012 se aplica a todos os auxiliares que cumprem os requisitos da norma. Com isso, o reenquadramento não ficará mais limitado aos servidores da Justiça Federal que entraram antes de 1992 e se estende aos servidores que fizeram concurso antes de dezembro de 1996, mesmo tomando posse depois daquele ano.

De acordo com Tarcísio Leal de Araújo, assessor da Secretaria Geral (SG) do CJF, o processo seria encaminhado para a SG-CJF na semana do fechamento dessa edição do *Contraponto*. Depois, seguiria para a Assessoria Jurídica e, em seguida, seria distribuído a um dos membros do CJF para ser analisado em plenário.

O encaminhamento é fruto da pressão de diretores do Sisejufe que se reuniram por duas vezes com a secretária-geral do colegiado, Eva Maria Ferreira Barros, para cobrar agilidade e, também, da atuação da asses-

soria jurídica do sindicato, que protocolou um parecer contestando o entendimento inicial da área de Recursos Humanos do CJF. No documento, o Sisejufe sustentou a aplicação da mesma extensão dada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que já estendia o reenquadramento para os servidores que fizeram concurso antes de dezembro de 1996, mas tomaram posse após essa data.

O processo que está sendo instruído no âmbito do CJF tinha recebido um primeiro parecer extremamente restritivo aos servidores, pois limitava o reenquadramento apenas aos servidores que entraram antes de 1992, diferentemente do parecer do CSJT.

Em conversa com o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, Eva Barros afirmou que a demora se devia à complexidade do processo. Para Valter, o prazo para regulamentação dessa questão já havia passado muito do razoável, pois a lei é de 2012 e o próprio Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) já havia regulamentado o reenquadramento dos auxiliares, não esperando a decisão do CJF. “É preciso que a lei seja cumprida o mais rapidamente possível, pois se trata de um direito concedido pelo legislador e que a administração está protelando demasiadamente”, afirmava, insistentemente, Valter, na ocasião.

A mudança sinalizada pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uniformiza o procedimento já que os outros tribunais já tinham realizado o procedimento, confirmando a tese do reenquadramento. “Apenas a Justiça Federal se mantinha com o posicionamento contrário, o que poderia gerar uma instabilidade quanto à legitimidade do enquadramento dos outros tribunais, já que a carreira é a mesma”, aponta Valter Nogueira Alves.

Breve histórico

O tema já tinha sido pauta de uma reunião, realizada em 11 de dezembro do ano passado, na qual os diretores do Sisejufe,

Valter Nogueira Alves e Edson Mouta Vasconcelos, cobraram da secretária-geral do CJF, Eva Barros, o reenquadramento dos auxiliares judiciários (ex-AOSD) da Justiça Federal.

Na ocasião, Nogueira, diretor-presidente do sindicato, criticou a morosidade no andamento do processo de reenquadramento desses servidores, que fora solicitado pelo Sisejufe no Processo Administrativo (PA) ADM-2013/00238. Eva Barros explicou que o quadro de pessoal do CJF é extremamente reduzido e que isso justificaria o atraso na apreciação do PA.

*Da Redação.

Servidor de nível intermediário poderá exercer o cargo de professor

A possibilidade está garantida caso seja aprovada a PEC 219/2012, que dá nova redação ao Artigo 37, Inciso XVI, Letra “b” da Constituição Federal, permitindo que servidores públicos das carreiras administrativas possam exercer o cargo de professor. No caso do Judiciário Federal, os cargos técnicos (de nível

intermediário, por exemplo), poderão acumular com o de docente desde que no limite de 20 horas-aula semanais.

Na Câmara Federal, o último movimento da PEC 219, foi feito em 13 de março desse ano pelo deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP), que requereu a inclusão da mesma na Ordem do Dia do Plenário

da Câmara dos Deputados.

Além disso, Roberto Ponciano, coordenador da Fenajufe e diretor do Sisejufe, esteve no dia 24 de abril nos gabinetes da deputada federal Andréa Zito (PSDB/RJ) e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Vicente Cândido (PT/SP), para cobrar o andamento da pro-

posta e agendar uma reunião com o presidente da CCJ, o que ainda não foi efetivado.

Em conversa com Débora Ferreira, assessora de Vicente Cândido, Ponciano solicitou que o projeto fosse pautado e comprometeu-se a enviar ofício e *e-mails* para que a proposta siga adiante. Ele também ficou de conversar com repre-

sentantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra-Sindical) para que façam o mesmo.

*Da Redação.

Dúvidas judiciais são esclarecidas em Resende e Volta Redonda

Jurídico Itinerante Sindicato vai ao interior para esclarecer questões jurídicas e ouvir reivindicações

Marina Schneider*

Depois de passar por Niterói, Teresópolis, Petrópolis e por alguns pontos da capital em fevereiro e março, o “Jurídico Itinerante” esteve esse mês em duas cidades do Sul Fluminense. A iniciativa foi criada para aproximar o serviço de assessoria jurídica do sindicato aos servidores, principalmente aos filiados que trabalham no interior. No dia 14 de abril a visita aconteceu em Resende e, na última quinta, 24, a assessoria foi prestada em Volta Redonda. Nas duas cidades a advogada Aracéli Rodrigues tirou dúvidas dos servidores das justiças federais sobre o andamento de ações individuais e coletivas e também explicou como funciona a assessoria jurídica do Sisejufe, que possui convênio com escritórios para três áreas: Administrativa, Cível e Criminal. O primeiro elabora e acompanha as demandas administrativas referentes à função do servidor. Já o setor Cível é responsável, por exemplo, por demandas na área do Direito do Consumidor, Direito de Família e Direito do Trabalho. O setor Criminal atua no acompanhamento de demandas criminais inerentes à função do servidor.

Na conversa com os trabalhadores, Aracéli lembrou que além das reuniões presenciais que são necessárias em casos mais complexos, os filiados podem tirar suas dúvidas sobre diversas questões através do “Pergunte ao Jurídico”. Para usar o serviço basta preencher um formulário disponível no site do Sisejufe que é encaminhado para o Setor Jurídico. Outra maneira de os filiados terem acesso é o atendimento por telefone. O servidor entra em contato com o sindicato, informa suas dúvidas e a assessoria jurídica agenda uma conversa por telefone para esclarecer e encaminhar as questões colocadas pelo filiado.

Campanha salarial

O diretor do Sisejufe, Edson Mouta, que também participou da visita, conversou com os colegas sobre a Campanha Salarial 2014. Ele defendeu que além de participar da luta conjunta dos servidores federais por reajuste, é importante manter a mobilização para aprovar o PL 6.613/09. O dirigente sindical lembrou que o projeto já foi apresentado aos ministros do STF e sua aprovação representará um grande avanço para a categoria. “O projeto é fruto de um estudo que analisou as



A advogada Aracéli Rodrigues tira dúvidas dos servidores das justiças federais sobre o andamento de ações judiciais

informações do Orçamento da União levando em conta a previsão de receita e de despesa e o orçamento do Judiciário. Com ele demonstramos que o impacto é mínimo no orçamento e perfeitamente compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso desconstruímos a tese de que não há recursos”, lembrou Edson. “Não é possível o Judiciário insistir nessa tese”, criticou o diretor do Sisejufe.

Segundo ele, a ida de diretores do Sisejufe aos municípios do interior é importante para mostrar como a atuação do sindicato é ampla. De acordo

com Edson, as lutas por conquistas salariais e melhorias de condições de trabalho dos servidores do Judiciário são a razão de ser do Sisejufe, mas há outras áreas de atuação relevantes, como ter uma assessoria jurídica forte, possibilitar o acesso de filiados a cursos presenciais e a distância e oferecer planos de saúde com custo mais razoável. “Nessas visitas temos a possibilidade de conversar pessoalmente sobre todos esses serviços, ouvir críticas e sugestões e construir um sindicato mais próximo dos filiados”, afirma o diretor.

Entre as principais dúvidas apresentadas pelos servidores tanto em Resende como em Volta Redonda está a perspectiva para o pagamento do retroativo de reenquadramento, que já foi feito administrativamente no caso do TRT1 e do TRE, mas ainda não foi realizado na Justiça Federal. Os servidores também perguntaram, com frequência, sobre a incorporação dos quintos, cuja ação ainda não foi julgada, entre outras questões. O andamento das ações coletivas do Sisejufe pode ser acompanhado pelo site da entidade - <http://sisejufe.org.br/wprs/publicacoes/acoescoletivas/>



O diretor do Sisejufe, Edson Mouta, conversa com os colegas sobre a Campanha Salarial 2014

TRE continua sem serviço de limpeza

Além de tirar dúvidas sobre questões jurídicas e esclarecer a respeito da Campanha Salarial 2014, o diretor do Sisejufe também presenciou as péssimas condições de limpeza no TRE de Volta Redonda. Segundo os servidores, não há serviço de limpeza no prédio desde dezembro do ano passado. Problema recorrente nas instalações da Justiça Eleitoral e que prejudica as condições de trabalho dos servidores.

*Da Redação.

PEC 59/2013: o perigo ronda a categoria

Categoria Há inconstitucionalidade na proposta de novo ordenamento jurídico

Marina Schneider*

Na reunião realizada no dia 9 de maio com o STF, na qual se instalou a mesa de negociações da campanha salarial de 2014, a Fenajufe reiterou sua posição contra a PEC 59/2013, que discute a criação de um estatuto único para os servidores de todo o Judiciário. O diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, ressaltou que acredita que a proposta chegará ao STF, já que passou com facilidade no primeiro turno. Os coordenadores da Fenajufe demonstraram a contrariedade ao projeto e disseram que tinham uma avaliação diferente, já que com a pressão no Congresso, a PEC perdeu a celeridade e há problemas na base do governo quanto à sua aprovação.

Entenda a questão

Em 20 de março, o senador Valdir Raupp (PMDB/RO) requereu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal a realização de uma Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 59, de 2013, que dispõe sobre a criação do Estatuto do Servidor do Poder Judiciário, acrescentando o Artigo 93-A na Constituição Federal, de autoria dos deputados Flávio Dino

(PCdoB/MA) e Alice Portugal (PCdoB/BA).

A Audiência Pública foi realizada em 8 de abril e a Fenajufe participou da mesa, representada por coordenadores, dentre eles, Cleto Vieira, que ratificou a posição contrária da Federação à aprovação da proposta, conforme deliberação do congresso da categoria. A Federação dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), também participou dos debates como principal interessada na proposta, sendo representada por seu dirigente Wagner Ferreira e pelo deputado Manoel Júnior (PMDB/PB), relator da PEC na Câmara dos Deputados. A audiência foi presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), presidente da CCJ do Senado, e contou com a participação do senador Valdir Raupp (PMDB/RO), que é o relator da PEC 59/2013.

Em defesa da PEC 59/13, Wagner Ferreira argumentou que a estrutura do Poder Judiciário é única e por isso deve haver um estatuto único para todos os servidores, citando como exemplo os magistrados, que têm uma carreira nacional. Causou estranheza quando Ferreira afirmou que é preciso “unificar a carreira para racionalizar os gastos”, o que, segundo avaliação dos representantes da Fenajufe, poderá ser levado ao “pé da letra pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

na possível elaboração de um estatuto único, racionalizando literalmente gastos com corte de benefícios e, o que é pior, corte de vários cargos, institucionalizando de vez a precarização do trabalho, com o excesso de terceirizações, exatamente ao contrário do que preconiza o representante da Fenajud”.

Outro a defender a PEC 59/13 foi o deputado Manoel Junior, afirmando que a proposta aprovada na Câmara, e que agora tramita no Senado, teve sua redação alterada a fim de corrigir alguns equívocos, como a equivalência salarial. Assim, segundo ele, haverá um estatuto que “será fundamental para que tenhamos um Judiciário igual na prestação de serviço”. Porém, mesmo os defensores da proposta não conseguem apresentar nenhuma garantia de que o STF faria um estatuto favorável aos servidores, sem retirar nenhum benefício já conquistado.

Cleto Vieira alertou para a questão da autonomia dos estados - que será afetada pela PEC 59/2013. Afirmou, ainda, o dirigente sindical, que seria muito ruim para os servidores do Judiciário Federal deixarem de estar vinculados ao Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990) para passarem a se submeter a um estatuto do Judiciário com teor inteiramente



Diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano tem participado ativamente dos debates sobre a PEC 59

incerto e de altíssimo risco para o conjunto dos servidores. Isso porque o STF teria carta branca para elaborar o estatuto sem qualquer garantia de que não haveria perdas de direitos e sem segurança sobre que servidores seriam ouvidos e participariam do debate e da elaboração do texto. Além de ficarem completamente expostos aos desejos do STF, os servidores teriam ainda que enfrentar o Poder

Executivo, que também poderia agir para prejudicá-los.

A Fenajufe ainda enumerou elementos de ordem técnica e política. Apontou inconstitucionalidade no que tange à iniciativa de propor novo regimento estatutário para abranger servidores federais, cuja competência é do chefe do Poder Executivo Federal.

*Da Redação.

Assembleia dia 21 de maio dá a largada ao processo eleitoral no Sisejufe para triênio 2014-2017

A direção do Sisejufe convoca os servidores do Judiciário Federal do Rio para assembleia que dará início ao processo eleitoral

da entidade. No próximo dia 21 de maio, a categoria elegerá os membros da Comissão Eleitoral que organizará e conduzirá as eleições para

escolha da nova diretoria do sindicato para o triênio 2014-2017, além de representantes sindicais.

A assembleia está marcada

para as 19h – primeira convocação – na sede do Sisejufe, que fica na Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar. Confira o edital de convocação.

2 | OJIA | CLASSIFICADOS | SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2014

SISEJUFÉ
SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SISEJUFÉ, através dos diretores abaixo-assinados, pelo presente Edital convoca todos os servidores das justças: Federal, TRF, Eleitoral, Militar, e do Trabalho a comparecerem a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 21 de maio de 2014, às 19 horas em 1ª convocação e às 19 horas e 30 minutos em 2ª convocação, no auditório do Sindicato à Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar – Centro, para deliberar a seguinte pauta:

1. Eleição da Comissão Eleitoral para escolha da Diretoria e Representantes Sindicais para o Triênio 2014-2017; e
2. Processo eleitoral do SISEJUFÉ em 2014.

Assinam este Edital os diretores presentes à reunião:

Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Francisco Costa de Souza, Lucilene Lima A. de Jesus, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior, Ronaldo Almeida das Virgens e Valter Nogueira Alves – Diretores do SISEJUFÉ

Reforma do sistema político: para onde vamos?

Artigo Abordar a temática da reforma do sistema político significa tratar de todas as formas de poder

Foto: Wilson Dias – Abr.jpg



José Antônio Moroni*

Não é de hoje que muitas organizações e movimentos discutem a questão da reforma do sistema político. Esta é uma agenda que permeia muitas organizações e discussões. Mas, assim como para os partidos, o Executivo e o Congresso Nacional, não é uma agenda prioritária, até agora. Era a segunda prioridade. Algo mudou no último período. Essa mudança de postura foi construída ao longo dos tempos e passou por várias etapas.

Primeiramente, era necessário desconstruir a ideia rasa de que reforma política é o mesmo que reforma eleitoral e que diz respeito à “vida dos parlamentares”, portanto, os sujeitos políticos reconhecidos para esse debate seriam os parlamentares e, no máximo, os partidos, assim como o único “lugar” para o debate seria o Congresso Nacional. Essa concepção de reforma política foi, aos poucos, sendo substituída pelo conceito de reforma do sistema político. Sistema político envolve todos os processos decisórios, portanto, é uma discussão acerca do poder, sobre mecanismos disponíveis para o exercício do poder, de instrumentos existentes para controlar o poder e de quais os sujeitos políticos são reconhecidos para o exercício do poder. Neste sentido, abordar a temática da reforma do sistema político significa tratar de todas as formas de poder, tanto na esfera privada como na

pública. Com isso incorporamos no debate questões que estruturam os processos de desigualdades no Brasil, as dimensões de classe, de sexo, de cor da pele, de etnia e de desejos sexuais.

Foi necessário, também, um olhar mais apurado para o nosso sistema político e identificar quais são as grandes questões que queremos enfrentar. Nesta leitura chegamos à conclusão, segundo as palavras do professor Fábio Comparato, que temos uma democracia sem povo. Isso é, os nossos processos democráticos não são alicerçados na soberania popular. Então, onde estão alicerçados? No poder econômico e na reprodução das desigualdades. É a velha forma: poder gera mais poder, que gera mais desigualdades. É uma ciranda que se autoalimenta. Não é por acaso que temos um sistema no qual as elites sempre estão no poder ou o poder está a serviço delas. Precisamos romper com esta “roda viva” que, na verdade, é a morte da soberania popular, portanto, do poder popular. Um retrato disso é a sub-representação nos espaços de poder de vários segmentos, como por exemplo, mulheres, população negra, indígena, homoafetiva, juventude das periferias, a população camponesa, entre outros.

Temos um poder masculino, branco e proprietário

Essa leitura do nosso sistema político nos leva a interrogações. Qual a institucionalidade que sustenta um sistema tão perverso e desigual? Que razões históricas, econômicas, sociais e culturais nos levaram a isso? Temos um arcabouço institucional que é incapaz de processar as grandes transformações desejadas pela sociedade. Isso ficou evidente não apenas com as manifestações de junho do ano passado. A institucionalidade que temos nos levou até aqui, teve condições de processar algumas demandas, principalmente as que vivemos

no período pós-Constituição de 1988, mas é incapaz de processar grandes transformações. Estamos num impasse: para avançar, precisamos criar outras institucionalidades democráticas. Por quê? Porque nunca tivemos em nossa história política força suficiente para provocar rupturas. Sempre saímos de um “período histórico” para outro através da conciliação e não de rupturas. E essa conciliação sempre foi feita tendo como sujeito político hegemônico as forças conservadoras e as elites. Foi assim com a “independência do Brasil”, com a “abolição” da escravidão, com a proclamação da República, chegando à saída da ditadura militar, na qual a hegemonia do processo foi das próprias forças que apoiaram a ditadura. Portanto criar novas institucionalidades significa romper com esse passado conciliatório e provocar rupturas no sistema político.

Com essa avaliação do nosso sistema político, como funciona e as questões que queremos enfrentar, formulamos duas grandes estratégias políticas que se complementam, mas que apresentam horizontes políticos diversos. Uma é a Iniciativa Popular pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e a outra é o Plebiscito Popular pela Convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

A iniciativa popular é organizada pela Coalizão pela Reforma Política, que promoveu um processo de diálogo e unificou a proposta da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e a do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE). A iniciativa popular é um instrumento da democracia direta previsto na Constituição e tem uma série de exigências, como por exemplo: obtenção de perto de 1,5 milhão de assinaturas; não se pode apresentar propostas de mudança constitucional; tem que se ter

o número do título eleitoral, etc. Mas ela consegue, mesmo com esses limites, enfrentar questões importantes e estruturais do nosso sistema político, como o peso do poder econômico nas eleições, a sub-representação de vários segmentos no parlamento, fortalecer os instrumentos da democracia direta e criar mecanismos democráticos de controle e fiscalização do processo eleitoral.

A iniciativa popular é uma estratégia que se propõe atuar em um tempo político mais curto, isto é, mobilizar a sociedade para forçar que o Congresso Nacional aprove uma reforma política que responda aos anseios de amplos segmentos da sociedade. Como a Iniciativa Popular faz isso? Na questão do financiamento propõe mecanismos democráticos proibindo o aporte de recursos por parte das empresas. As eleições passariam a ser financiadas com recursos do orçamento público, de contribuições de pessoas físicas. Tudo isso com limites e como estratégia de democratizar o processo, combater a corrupção, limitar e baratear os custos das campanhas. Propõe um sistema de escolha dos (as) representantes em dois turnos. Os partidos elaboram de forma democrática listas partidárias com alternância de sexo e critérios de inclusão dos demais segmentos sub-representados. O primeiro turno visa definir quantas cadeiras no parlamento o partido vai ter. No segundo turno participa o dobro de candidatos e o (a) eleitor (a) vota no nome de seu (sua) representante. Para fortalecer a democracia direta propõe que determinados temas somente possam ser decididos por plebiscitos e referendos, como por exemplo: grandes projetos com grandes impactos socioambientais, privatizações, concessões de bens públicos, megaeventos com recursos públicos, entre

outros. Para que se conheça a íntegra da proposta da Iniciativa Popular, basta acessar www.reformapoliticademocratica.org.br.

Já o Plebiscito Popular abarca três estratégias: trabalho de base, formação política e discussão ampla com a sociedade. Busca-se debater a institucionalidade que temos e a que queremos (sistema político) e o *lôcus* político para se fazer esse debate é a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana. Neste sentido o horizonte político do Plebiscito Popular é mais de longo prazo, é de acumular forças na sociedade para poder provocar as rupturas que precisamos. Neste sentido é importante o processo de conquista de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana. Esta mesma demanda por uma Constituinte Exclusiva e Soberana esteve presente em 1985. Mas, não tivemos força política suficiente para torná-la realidade na ocasião e tivemos uma Constituinte Congressual (o Congresso que fez), sem soberania (pois estava subordinada a vontade do Executivo, dos militares e do Poder Judiciário). Em outras palavras, para provocar as rupturas que precisamos, urge criar novas institucionalidades nas quais o alicerce do poder é a soberania popular, onde o poder constituinte seja a próprio poder popular. Para ter acesso ao debate do plebiscito, ver www.plebiscitopopular.org.br.

Como percebemos não tem contradição entre as duas estratégias e ambas procuram criar novas institucionalidades capazes de provocar as transformações estruturais que tanto precisamos.

*José Antônio Moroni é membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. Publicado originalmente em *Brasil de Fato* - <http://www.brasildedefato.com.br/node/28228>